



Análise Social, 257, LX (4.º), 2025, 2-11

Democracia, direitos sociais e participação. Neste artigo analisa-se a articulação entre democratização, direitos sociais e participação política em Portugal. Explora-se, primeiro, como a participação política tem sido marcada por níveis baixos e desigualdades sociais e, depois, a forma como, a partir de 2010, a austeridade e a retração dos direitos sociais reconfiguraram os repertórios de protesto e alargaram a participação, sem contudo romper com os padrões de desigualdade. Argumenta-se ainda que o protesto se tem centrado na defesa dos direitos sociais e do legado democrático do 25 de Abril, revelando as tensões entre desafeição política e novas dinâmicas de ação coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: democratização; direitos sociais; participação política; protesto; austeridade.

Democracy, social rights and participation. This article examines the interplay between democratization, social rights, and political participation in Portugal. It first explores how political participation has been marked by low levels and persistent inequalities, and then how, since 2010, austerity and the retrenchment of social rights have reshaped protest repertoires and broadened participation without, however, breaking with established patterns of inequality. The article further argues that protest has focused on defending social rights and the democratic legacy of the April 25th revolution, highlighting the tensions between political disaffection and emerging dynamics of collective action.

KEYWORDS: democratization; social rights; political participation; protest; austerity.

<https://doi.org/10.31447/44067> | e44067

TIAGO CARVALHO

Democracia, direitos sociais e participação

Democratização e democracia vão para além do funcionamento das instituições políticas. Esta ideia estava presente no programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), que apontava para medidas que visavam não só a instauração de liberdades cívicas e políticas, mas também a “aplicação de medidas preparatórias de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efetivo da liberdade política dos cidadãos” (MFA, 1974). Ou seja, para os militares de Abril, democratização não se resumia à garantia de voto, liberdade de reunião e associação (5b), liberdade de imprensa e expressão (5b, c); incluía também medidas que permitiam sustentar estas liberdades (6a, b). Na visão do MFA, portanto, a democratização não poderia ocorrer apenas pela concessão de direitos políticos; era também essencial assegurar um conjunto de direitos sociais, bem como uma relativa igualdade económica, cultural e social que permitisse uma participação política alargada da população.

Neste texto, analiso a relação entre direitos sociais e participação política¹ em Portugal, destacando também o modo como a mobilização política se reconfigurou nas últimas décadas. Historicamente, Portugal tem-se distinguido por baixos níveis de participação política e por uma cultura política marcada pela desafeição. Porém, os protestos antiausteridade que emergiram em Portugal no início da década de 2010, durante o período de intervenção financeira da chamada Troika (i. e.: Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia), trouxeram mudanças importantes. Apesar da expansão da mobilização e do protesto durante este período,

1 Emprego aqui o conceito de participação política num sentido amplo, abrangendo todas as formas de ação política, do voto ao protesto. Em determinados momentos, recorrerei ao termo movimentos sociais para me referir a instâncias específicas da ação coletiva em Portugal, nas quais o protesto assumiu um papel predominante como forma de participação.

persistem ainda desigualdades no acesso e na capacidade de participação. De facto, se a erosão do Estado social, ao longo das últimas décadas, vem impulsionando novas formas de contestação, estas são, ainda assim, marcadas por desigualdades, associadas a classes sociais com maiores recursos culturais. Contudo, o protesto deixou de ser um fenómeno localizado para assumir uma dimensão nacional, sustentado por novas estruturas de mobilização que emergiram em defesa do Estado social.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM PORTUGAL

Portugal é tido como um país onde a apatia e a passividade se traduzem em baixos níveis de participação política, quer eleitoral, quer extraeleitoral e que apontam para uma sociedade civil ténue (Accornero, 2016). Em geral, aponta-se que o período de intensa mobilização revolucionária entre 1974 e 1976 foi sucedido por um processo de normalização e decréscimo da participação política.

Na verdade, Portugal, no que à mobilização política diz respeito, surge normalmente na cauda da Europa. Não só a participação eleitoral diminuiu de forma progressiva desde a transição para a democracia (Cancela, 2022), como vários inquéritos nacionais e internacionais apontam para baixos níveis de participação convencional e não convencional, ambas trespassadas por desigualdades sociais (Cabral, 2000; Cabral, 2006; Carvalho, 2014; Viegas e Faria, 2009). Contudo, apesar dos baixos níveis de participação política em Portugal face a outros países, a investigação mostra que os cidadãos valorizam a democracia. Enquanto noutros países os “cidadãos críticos” procuram mudanças através de formas alternativas de ação, em Portugal prevalece a desafeição política e o desinteresse pelas instituições no processo político, o que se reflete na baixa participação e na ausência de formas de mobilização “não convencionais” (Magalhães, 2005). Da mesma forma, Villaverde Cabral (1997, 2000) sugere que uma característica central do sistema político português é a desigualdade na participação política e no acesso à tomada de decisões – característica que este autor designou por “distância ao poder”. Esta desigualdade reflete-se na forma como diferentes grupos sociais, com distintos capitais económicos e culturais, apresentam graus distintos de proximidade às instituições políticas. Assim, poder-se-ia argumentar que o sistema político tende a reproduzir estas assimetrias sociais, dificultando a participação das populações menos favorecidas e perpetuando a desafeição política. Neste sentido, os indivíduos com maiores recursos, especialmente escolares, deteriam um quase monopólio da participação e da representação política, enquanto as classes com menor capital escolar encontrariam maiores obstáculos para se

envolver no processo político (Cabral, 2000; Carvalho, 2014). Tendo em conta estas desigualdades, investigação recente mostra como as reivindicações de natureza material/económica são predominantes (Carvalho, 2022). As origens do regime, a sua Constituição, os atores institucionais dominantes e as desigualdades sociais afiguram-se como possíveis explicações para esta continuidade desde a transição para a democracia. Na verdade, é interessante verificar que, mais do que uma dimensão procedimental (isto é, relativa ao funcionamento das instituições), os portugueses valorizam sobretudo as dimensões substantivas da democracia, isto é, as dimensões relativas aos direitos sociais (Magalhães, 2022), demonstrando, assim, tendências igualitárias (Silva, Vieira e Pereira, 2017).

TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA PARTICIPAÇÃO EM PORTUGAL

As últimas décadas tornaram claro o posicionamento de Portugal face a processos económicos e políticos no quadro da União Europeia. Em particular, o período de austeridade imposto a Portugal pelo programa de assistência financeira e ajustamento económico pela Troika em 2011-2014 foi um momento crítico de liberalização, parte de um processo mais longo de retração do Estado social e de progressiva mercantilização dos bens públicos (Rodrigues, 2022), que conduziu a um retrocesso das políticas sociais e da proteção do mercado de trabalho. Após a eclosão da crise financeira de 2008 e respetivos impactos na Europa do Sul, o protesto enquanto forma de participação intensificou-se. Neste período, assistiu-se a uma onda de mobilização sem precedentes desde o Processo Revolucionário em Curso (Accornero e Ramos Pinto, 2015; Carvalho, 2022). Entre 2010 e 2014, movimentos sociais emergentes e sindicatos contestaram as políticas de austeridade implementadas pelo governo português no âmbito do memorando de entendimento assinado com a Troika. Magalhães (2022) indica, a partir de dados do European Social Survey (ESS), um aumento em todas as formas de participação política entre 2002 e 2018. Em particular, a presença em protestos aumentou de 2010 para 2012 (a fase inicial de implementação das políticas de austeridade), não tendo estes desde então regressado aos níveis pré-crise. Assim, como se mostrou na secção anterior, se antes da crise da zona Euro as diferentes formas de participação, e em particular o protesto, eram baixas e socialmente localizadas, durante a crise e no pós-crise financeira tornaram-se um repertório com maior disseminação. Ainda assim, apesar destas importantes mudanças, continuaram a ser os indivíduos mais escolarizados quem mais aderiu ao protesto enquanto forma de participação não-eleitoral (Magalhães, 2022).

Carreira da Silva, Vieira e Pereira (2017) mostram que a opinião pública sobre o Estado social se transformou no período pós-crise, verificando-se um crescimento do apoio à intervenção estatal e à expansão da proteção social, acompanhados por uma viragem ideológica à esquerda. Estes autores notam que, entre os chamados “outsiders” – indivíduos mais vulneráveis e precários no mercado de trabalho que tinham presença importante em muitos protestos desta época – persiste uma preferência por políticas proporcionais em vez de políticas estritamente redistributivas, uma preferência ancorada na percepção de que os direitos sociais são conquistas históricas a defender. Em linha com estes resultados, Carvalho e Ramos (2024) chegaram a conclusões semelhantes. Com base em dados do ESS, ao analisar conjuntamente classe social, participação e atitudes face ao Estado social, verifica-se que se, em 2008, antes das políticas de austeridade, o recurso ao protesto se associava com os indivíduos politicamente posicionados mais à esquerda, em 2016, no pós-intervenção externa, este tipo de ação tornou-se também comum entre aqueles que se identificam como sendo de centro-esquerda, para além de se associar a frações de classe em que predomina o capital cultural. Para além de aderirem ao protesto como forma de participação política, estes grupos defendem uma maior redistribuição por parte do Estado, o que parece confirmar a relação entre a valorização dos direitos sociais e as práticas de mobilização. Tendo em conta esta investigação, poderia ser considerada a hipótese de que, na última década, se reforçou uma propensão para a defesa dos direitos sociais através de formas de ação coletiva que visam proteger e reforçar esses direitos, sobretudo entre os mais escolarizados.

Assim, durante as mobilizações desse período, ao contrário do que aconteceu noutros países, os coletivos que organizavam os protestos não contestaram o regime instaurado com a revolução de 25 de Abril de 1974; contestaram, sim, aqueles que consideravam estar a desfazer o legado dessa revolução. As reivindicações durante o ciclo de protesto antiausteridade raramente saíram da esfera dos direitos sociais decorrentes da transição para a democracia (Carvalho, 2022). Por exemplo, Soeiro (2015) mostra que a grande maioria das reivindicações dos participantes da manifestação “Geração à Rasca”, em 2011, se relacionavam com precariedade laboral e redistribuição, ao invés de estarem relacionadas com o sistema político e a sua renovação, como aconteceu noutros países europeus durante este mesmo período (por exemplo, Espanha ou Grécia). Da mesma forma, nas manifestações da plataforma “Que se Lixe a Troika” (2012-2013) exigia-se a demissão do governo então em funções não pela necessidade de uma renovação do sistema político, mas antes pela defesa do legado da revolução patente no Estado social (Carvalho e Ramos Pinto, 2019). Assim, mesmo que em Portugal a sindicalização tenha diminuído de

forma contínua desde os anos 1980, a extensa precarização da força de trabalho e uma certa consciência dos direitos sociais e laborais vêm contribuindo para que este tipo de direitos continuem a dominar o campo do protesto.

No pós-Troika, apesar de algumas políticas de redistribuição concertadas entre o governo minoritário do PS e os partidos da esquerda radical, a austeridade continuou de forma furtiva, visível nos baixos níveis de investimento público, na degradação dos serviços públicos e nas transferências de rendimento do trabalho para o capital, com o objetivo de reduzir a dívida pública e o défice orçamental (Moury, de Giorgi e Barros, 2020). Neste sentido, Fernandes et al. (2019) mostram uma tendência decrescente nos protestos em Portugal após o pico de 2012, atingindo o ponto mais baixo em 2016, o primeiro ano do governo minoritário. No entanto, registam-se pequenos aumentos em 2017 e 2018, sendo que o número de protestos quase duplicou entre esses anos, passando de 69 para 124 eventos. Da mesma forma, o número de greves não só aumentou como foi superior ao dos anos de austeridade, ainda que com um menor número de trabalhadores. Os pré-avisos de greve não atingiram os níveis do período anterior, mas cresceram substancialmente ao longo dos anos.² A ação coletiva não desapareceu, mas mudou de forma. Em vez de ações massivas e contínuas como no ciclo anterior, com a abertura de estruturas de oportunidade, a contestação foi liderada por sindicatos, mas de forma setorial na educação e saúde. Um argumento possível é que a precariedade, uma das bandeiras do ciclo de protesto antiausteridade, se estende hoje progressivamente para lá da esfera laboral, assistindo-se a uma desapropriação e precarização de esferas adicionais da vida quotidiana como a saúde e educação, áreas-chave do Estado social.

Para além disso, a mercantilização e especulação no setor da habitação, por exemplo, vem colocando pressão adicional nas classes trabalhadoras e em segmentos da população que até aqui se encontravam parcialmente resguardados. No período seguinte à intervenção da Troika, essas transformações foram também acompanhadas por alterações nas estruturas organizacionais e nas formas de mobilização, dando continuidade a grande parte do experimentalismo observado entre 2010 e 2014. Em Lisboa, o movimento pela habitação é um claro exemplo de como os grupos que surgiram durante o ciclo de protestos contra a austeridade não só reorientaram as suas atividades como apareceram também novos atores que introduziram repertórios inéditos de ação e de organização (Accornero e Carvalho, 2025; Accornero e Ramos Pinto, 2022), desenvolvendo uma nova rede de atuação direta no terreno, integrada

2 Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (GEP/MTSSS).

no tecido social e territorial da cidade (Allegra e Carbone, 2023). Em particular, é interessante notar que as últimas grandes manifestações organizadas pelo direito à habitação entre 2023 e 2024 reproduzem as formas de organização que se tornaram comuns durante os anos da austeridade. Com a extensão da crise habitacional para além de Lisboa, formou-se uma plataforma – “Casa para Viver” – que integra diferentes grupos que lutam pelo direito à habitação (e não só, uma vez que, por exemplo, os movimentos climático e feminista também participam), organizando manifestações nacionais que cobrem todo o território. Sem o protesto e a infraestrutura organizacional e cultural que emergiu durante o período de austeridade, e socializou politicamente uma nova geração, é possível argumentar que dificilmente se veria a adesão aos protestos identificada, bem como estes movimentos teriam um mais difícil despontar.

As transformações na participação política em Portugal ao longo das últimas décadas evidenciam um paradoxo: enquanto persistem desigualdades significativas no acesso às instituições e à mobilização política, os momentos de crise e retração do Estado social parecem funcionar como catalisadores de novas formas de contestação que acabam por alimentar futuras mobilizações. Assim, se até ao ciclo de protestos antiausteridade os níveis de participação eram baixos em termos comparativos, durante o tempo desse ciclo o protesto parece ter-se tornado parte integrante do repertório mais alargado da ação política. Se anteriormente Portugal se distinguiu por uma cultura política marcada pela desafeição e pela fraca presença de “cidadãos críticos” que recorriam a formas alternativas de ação, vislumbra-se hoje alguma mudança, com vários setores a reivindicarem ativamente os seus direitos e a organizarem-se coletivamente. No entanto, a participação política continua marcada por desigualdades, refletindo ainda uma distância estrutural entre o poder político e diferentes setores da sociedade. Se a defesa dos direitos sociais e do Estado-providência tem sido o eixo central da mobilização em Portugal, o futuro da participação dependerá da capacidade dessas novas formas de ação coletiva se traduzirem em mudanças institucionais e numa inclusão política mais equitativa.

Existem, no entanto, tendências recentes, ainda por estudar, que podem representar mudanças significativas no cenário anteriormente traçado. A transformação do sistema partidário, com o surgimento de novos partidos políticos e a introdução de novas agendas impulsionadas por dinâmicas internacionais, deve ser levada em consideração. Nesse sentido, é possível identificar duas grandes tendências interligadas que merecem destaque. Em primeiro lugar, observa-se a emergência de novas formas de mobilização. Em segundo lugar, verifica-se uma contestação crescente da ideia de democracia que fundamenta o regime.

A aparente reestruturação da esquerda, ainda em curso, é um fator determinante para compreender o futuro das mobilizações. As ligações entre partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais estão a mudar, levantando questões sobre se o impacto do declínio do PCP e do BE, a par do crescimento do Livre (este último com uma presença limitada nestes espaços), levará a uma mudança neste campo. Por exemplo, surgem novas formas de sindicalismo, como no caso dos professores, que se desligaram por completo dos sindicatos tradicionais – mas poderão estas novas formas tornar-se dominantes? Da mesma maneira, o movimento climático tem introduzido repertórios (e.g., desobediência civil) até agora atípicos, mas que poderão ganhar maior relevância.

Da mesma forma, o próprio partido Chega tem-se também aproximado da “política de rua”, o que poderá trazer mudanças importantes neste domínio em Portugal. Por exemplo, não é incomum neste setor do espectro político questionar-se a democratização, nas suas diferentes vertentes, enquanto valor essencial do regime. É essencial acompanhar esta nova vaga de mobilizações, ainda pouco estudadas, que começam a ganhar maior presença na esfera pública. Parece ser precisamente neste campo que se desenrolará o debate político nos próximos anos e que se moldará o futuro da participação política em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCORNERO, G. (2016), “Revolutionary or mild mannered? Social movements and social movement studies in Portugal”. In G. Accornero, O. Fillieule (eds.), *Social Movement Studies in Europe: The State of the Art*, Oxford e Nova Iorque, Berghahn Books, pp. 357-370.
- ACCORNERO, G., CARVALHO, T. (2025), “Marginal gentrifiers, networks of mobilization and new contentious collective identities: The struggle for housing in post-austerity Lisbon”. *Housing Studies*, 40 (1), pp. 229-252.
- ACCORNERO, G., RAMOS PINTO, P. (2015), “Mild mannered? Protest and mobilisation in Portugal under austerity, 2010–2013”. *West European Politics*, 38 (3), pp. 491-515.
- ACCORNERO, G., RAMOS PINTO, P. (2022), “Movements at the border: conflict and protest in Portugal”. In J. M. Fernandes, P. C. Magalhães, A. C. Pinto (eds.), *The Oxford Handbook of Portuguese Politics*, Oxford, Oxford University Press, pp. 457-471.
- ALLEGRA, M., CARBONE, C. (2023), “Housing activism and urban space during the Covid-19 pandemic”. *Partecipazione e Conflitto*, 16 (1), pp. 43-62.
- CABRAL, M. V. (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- CABRAL, M. V. (2000), “O exercício da cidadania política em Portugal”. *Análise Social*, 35 (154-155), pp. 85-113.
- CABRAL, M. V. (2006), “Class effects and societal effects: Elite and working-class attitudes towards political citizenship in European comparative perspective”. *Portuguese Journal of Social Science*, 5 (3), pp. 159-178.
- CANCELA, J. (2022), “Electoral turnout”. In J. M. Fernandes, P. C. Magalhães, A. C. Pinto (eds.), *The Oxford Handbook of Portuguese Politics*, Oxford, Oxford University Press, pp. 181-196.
- CARVALHO, T. (2014), “Modernidade, classes sociais e cidadania política: Portugal sob um olhar internacional”. *Análise Social*, 49 (212), pp. 650-674.
- CARVALHO, T. (2022), *Contesting Austerity: Social Movements and the Left in Portugal and Spain (2008-2015)*, Amesterdão, Amsterdam University Press.
- CARVALHO, T., RAMOS, V. (2024), “A classist politics? Social classes, protest and welfare attitudes in Portugal (2008-2016)”, 16.ª Conferência da Associação Europeia de Sociologia, Porto.
- CARVALHO, T., RAMOS PINTO, P. (2019), “From the ‘unfinished revolution’ to the ‘defence of the revolution’: framing the transition in austerity-era Portugal”. In M. Cavallaro, K. Kornetis (eds), *Rethinking Democratisation in Spain, Greece and Portugal*, Cham, Palgrave Macmillan.
- FERNANDES, T., et al. (2021), “Protest cycles and democracy: A comparison between Portugal and Spain, 2000-2019”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 97, pp. 73-95.
- MAGALHÃES, P. C. (2005), “Disaffected democrats: political attitudes and political action in Portugal”. *West European Politics*, 28 (5), pp. 973-991.
- MAGALHÃES, P. C. (2022), “Citizens and politics: support and engagement”. In J. M. Fernandes, P. C. Magalhães, A. C. Pinto (eds.), *The Oxford Handbook of Portuguese Politics*, Oxford, Oxford University Press, pp. 244-261.
- MOURY, C., DE GIORGI, E., BARROS, P. P. (2020), “How to combine public spending with fiscal rigour? ‘Austerity by stealth’ in post-bailout Portugal (2015-2019)”. *South European Society and Politics*, 25 (2), pp. 151-178.
- MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS (MFA) (1974), “Programa do Movimento das Forças Armadas”, Lisboa.
- RODRIGUES, J. (2022), *O Neoliberalismo não é um Slogan*, Lisboa, Tinta-da-china.

- SILVA, F. C., VIEIRA, M. B., PEREIRA, C. R. (2017), “Waiting for Godot? Welfare attitudes in Portugal before and after the financial crisis”. *Political Studies*, 65 (3), pp. 535-558.
- SOEIRO, J. (2015), *A Formação do Precariado. Transformações no Trabalho e Mobilizações de Precários em Portugal*. Tese de Doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- VIEGAS, J. M. L., FARIA, S. (2009), “Political participation: the Portuguese case from a European comparative perspective”. In J. M. L. Viegas, H. Carreiras e A. Malamud, *Institutions and Politics*, Oeiras, Celta, pp. 53-67.

Recebido a 04-02-2025. Aprovado para publicação a 24-06-2025.

CARVALHO, T. (2025), “Democracia, direitos sociais e participação”. *Análise Social*, 257, LX (4.º), e44067 <https://doi.org/10.31447/44067>.

Tiago Carvalho » tmlco@iscte-iul.pt » CIES-Iscte, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa » Avenida das Forças Armadas — 1649-026 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-8189-9040>.
